

Escolas inclusivas e bilíngues: Análise comparativa das políticas educacionais e seus impactos na educação de surdos

Layane Dutra Malagueta Vieira¹

Thiago Ramos de Albuquerque²

RESUMO

O presente artigo aborda a evolução e a implementação de políticas educacionais voltadas para a educação de surdos no Brasil. O estudo analisa a eficácia da educação especial na perspectiva inclusiva e bilíngue, destacando como a adoção da Libras como língua de instrução contribui para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças surdas, além de reconhecer e valorizar a cultura da comunidade surda. Além disso, o trabalho discute os desafios enfrentados para o cumprimento das leis, para que garantam uma inclusão efetiva de pessoas surdas em escolas regulares, desafios esses como a escassez de professores qualificados, a infraestrutura inadequada e as desigualdades regionais, propondo a educação bilíngue como o caminho mais adequado para a inclusão plena e unilateral. Para além, identifica que a educação bilíngue apresenta resultados mais eficazes em termos de inclusão social e desenvolvimento cognitivo das crianças surdas em relação à educação inclusiva, que muitas vezes não inclui o aluno de fato, tendo em vista que inserir um aluno surdo em uma sala de aula com ouvintes, contando com um intérprete atuando apenas como um tradutor, deixando a língua de sinais como língua secundária, desvalorizando dessa forma a cultura surda.

Palavras-chave: surdez; educação inclusiva; educação bilíngue.

DATA DE APROVAÇÃO: 17 de Outubro de 2024.

1 INTRODUÇÃO

Vale ressaltar que a pesquisa adveio a partir da minha inserção em um local de trabalho em que há interação com pessoas surdas, sendo esse um ambiente hospitalar onde os

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia - UFPE/CAA; E-mail: layanemalagueta7@gmail.com

² Orientador e Professor Doutor de Libras - UFPE/CAA; E-mail: thiago.ralbuquerque@ufpe.br

surdos desempenham funções de cunho assistencial. Neste espaço, pude perceber os obstáculos enfrentados que levam à exclusão social diante as tentativas de comunicação com os colegas, havendo má interpretação, interrupções de opiniões e dificuldade de compreensão de necessidades, informações e esclarecimento de dúvidas.

Em situações em que haviam questionamentos em relação às demandas dos setores, era perceptível o desconforto existente nas pessoas surdas ao tentarem expressar-se utilizando sua língua e não eram compreendidos, já que nem todos presentes nesse ambiente conseguem se comunicar de forma eficaz com as pessoas ao seu redor, tendo em vista que a Língua de Sinais não é de conhecimento coletivo de modo geral, seja pela falta de acesso ou até mesmo pelo desinteresse pela aprendizagem.

Neste espaço, presenciei e ouvi depoimentos de pessoas surdas sobre as adversidades enfrentadas devido às dificuldades de comunicação, causando sentimento de exclusão e não pertencimento, onde por exemplo ao entrar no elevador com ouvintes, sentiam como se sua presença fosse insignificante, já que não havia sequer saudações, como um simples “bom dia”, sua presença era ignorada, justamente pela falta de conhecimento da Libras. Essa experiência me motivou a investigar as políticas educacionais voltadas para a inclusão de surdos no Brasil e como essas podem promover uma maior equidade nas escolas.

Diante dessas situações, pude refletir sobre a importância do uso e conhecimento da Libras por todos, para que consigam interagir e compreender uns aos outros, suas necessidades, opiniões e contribuições, sem nenhum tipo de exclusão. Para que isso ocorra, faz-se necessário o aprendizado da língua de sinais não apenas pelos não ouvintes, mas também pelos ouvintes para que possam desenvolver uma comunicação eficaz e inclusiva com todos.

Para além, despertou em mim a inquietação sobre o processo de ensino e aprendizagem e socialização dos mesmos enquanto crianças, e principalmente, em um ambiente escolar, onde além da dificuldade da pessoa surda para aprender a se comunicar, é importante destacar também o desafio para compreensão por parte dos demais colegas, que na grande maioria dos ambientes escolares não é desenvolvido o ensino da língua de sinais a todos, dificultando assim o processo de sociabilização entre os alunos, tendo em vista que é através da Libras que os surdos conseguem expressar-se. Diante disso:

A língua de sinais é imprescindível ao surdo, mesmo que este, no início, esteja limitado à comunicação apenas com aqueles que manipulem bem esta língua ou que se iniciem no seu aprendizado. Posteriormente, em contacto com a língua oral, sua segunda língua, terá alcançado maior aptidão em

todos os níveis (psicológico, cognitivo, social e linguístico) para enfrentar a árdua tarefa de seu aprendizado. O surdo já terá tido a prática de socialização através dos sinais, suporte para o aprendizado da língua oral, vale dizer, terá já estabelecido uma comunicação gratificante. (Brito, 1986, p. 19).

E continua:

As línguas gestuais-visuais são a única modalidade de língua que permite aos surdos desenvolver plenamente seu potencial linguístico e, portanto, seu potencial cognitivo, oferecendo-lhes, por isso mesmo, possibilidade de libertação do real concreto e de socialização que não apresentaria defasagem em relação àquela dos ouvintes. São o meio mais eficiente de integração social do surdo. (Brito, 1986, p. 21).

Neste sentido, bem como o autor apresenta, a língua de sinais é fundamental para o desenvolvimento sociocognitivo do indivíduo, ainda que inicialmente só consiga desenvolver uma comunicação com as pessoas que saibam desenvolver a língua de sinais, mas oportunizando posteriormente um contato com a língua majoritária daquela população que os cercam, permitindo uma melhor socialização e interação com o outro e superando qualquer defasagem em relação aos ouvintes. Com isso, é de suma importância a adesão e/ou efetivação de políticas educacionais que reconheçam e valorizem essas especificidades e cultura.

A fim de identificar a visibilidade do tema, foi realizado um estado do conhecimento dos últimos 5 anos, realizando um levantamento de produções científicas, tendo como base de dados única a ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), selecionada após discussão em sala na Universidade sobre a pluralidade e relevância das pesquisas. A busca foi realizada no grupo de trabalho de educação especial (GT15), nas reuniões 36, 37, 38 e 40, a 39ª reunião encontra-se indisponível nesta plataforma no período de realização da pesquisa.

A escolha dessa base de dados se deu pela relevância dessa associação, e por reconhecer a valorização dada ao desenvolvimento da pesquisa, educação, e cultura. O que motivou a seleção do GT escolhido foi sua relevância na promoção de um espaço colaborativo que analisa e expande a pesquisa em Educação Especial, favorecendo a inclusão e acessibilidade. O GT oferece um ambiente ideal para compartilhar descobertas e contribuir para o avanço das práticas educacionais, alinhando-se às demandas da área.

Para levantamento das produções relacionadas ao tema em questão nessa base de dados, a análise focou nos títulos e nas palavras-chave dos trabalhos destacados, buscando descritores relacionados à “surdez”, “surdos”, “educação bilíngue”, “educação inclusiva” e “educação de surdos”. Alcançando os seguintes resultados:

Tabela 1 - Estado do conhecimento sobre a temática (Base de dados: ANPED)

FONTE	GT15- REUNIÃO NACIONAL	TÍTULO	AUTORES	PALAVRAS CHAVES
ANPED	36º REUNIÃO NACIONAL	SURDOS E OUVINTES NA ESCOLA REGULAR: POSSIBILIDADES DE EMERGÊNCIA DE SUJEITOS BILÍNGUES	Patrícia Gräff – SMEJ-Santa Rosa	Surdez; Libras; Bilinguismo; Inclusão.
ANPED	36º REUNIÃO NACIONAL	Cultura surda: imperativo pedagógico nos discursos que circulam na ANPED no período de 1990 a 2010	Cinara Franco Rechico Barberena –	
ANPED	37º REUNIÃO	EDUCAÇÃO ESCOLAR BILÍNGUE DE SURDOS	LODENIR BECKER KARNOPP, JANETE INÊS MÜLLER	Educação escolar bilíngue. Estudos Surdos. Estudos Culturais em Educação.
ANPED	37º REUNIÃO	POLÍTICAS EDUCACIONAIS E LINGUÍSTICAS PARA SURDOS: DISCURSOS QUE PRODUZEM A EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO BRASIL NA ATUALIDADE	ADRIANA DA SILVA THOMA, INGRID ERTEL STÜRMER	Políticas educacionais e linguísticas; educação bilíngue para surdos; discurso.
ANPED	38º REUNIÃO NACIONAL	INSTITUIÇÃO ESCOLAR: ESPAÇO DE SUBJETIVAÇÃO DE DIFERENTES MODOS DE SER SURDO	Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado - UFES Eliane Telles de Bruim Vieira - SEDU/ES	Educação de surdos; escola; subjetivação
ANPED	40º REUNIÃO NACIONAL	Surdez e Escola: Balanço Tendencial da Produção Especializada sobre Ensino de Matemática (1974 a 2020)	Corina de Albuquerque E Silva	Educação especial; Ensino de matemática; Escolarização de surdos.
ANPED	40º REUNIÃO NACIONAL	O SURDO NOS DISCURSOS DO CURRÍCULO: QUEM É ESTE SUJEITO?	Ana Gabriela da Silva Vieira	Surdo; Currículo; Discurso; Sujeito.
ANPED	40º REUNIÃO NACIONAL	Fazer cinema na educação bilíngue de surdos e surdas	Otávio Santos Costa, Cristina Broglia Feitosa de Lacerda	Educação Especial. Imagens e educação bilíngue de pessoas surdas. Cinema e educação.

ANPED	40º REUNIÃO NACIONAL	AS HIERARQUIAS INSTITUCIONAIS DA PESQUISA SOBRE A EDUCAÇÃO DE SURDOS (1987/2017)	Carla Cazelato Ferrari - PUC-SP José Geraldo Silveira Bueno - PUC/SP	Educação de surdos; pesquisa discente; pós-graduação; hierarquia institucional.
ANPED	40º REUNIÃO NACIONAL	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS: UM OLHAR A PARTIR DE PROCESSOS DE GESTÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS	Josiane Roberta Krebs - UFRGS	Acessibilidade e inclusão. Surdos. Gestão Educacional. Processos de Gestão.

Como exposto, ao todo foram encontrados 96 trabalhos nas últimas quatro reuniões (tendo em vista a indisponibilidade de uma reunião), entretanto, apenas 10 trabalhos se aproximam com a temática desta pesquisa, sendo agrupados nas respectivas categorias teóricas: 3 focados nas metodologias de ensino; 4 relacionados às Políticas Inclusivas; 3 voltados para as Práticas Pedagógica. Porém, nenhum deles abordam diretamente a temática qual objetiva esta pesquisa. Assim, deixando evidente a necessidade de ampliação de pesquisas acerca da temática, a fim de expandir o conhecimento que tanto pode contribuir para o desenvolvimento de pessoas surdas.

Segundo autores como Mantoan (2006) e Sasaki (1997), a inclusão e a educação especial são fundamentais para garantir o pleno desenvolvimento dos alunos com deficiência, desde que sejam oferecidos os recursos adequados e adaptações pedagógicas necessárias. Com isso, faz-se necessário a compreensão desse processo de ensino e aprendizagem, as metodologias utilizadas e como as políticas educacionais influenciam, visando um melhor desenvolvimento desses indivíduos. Diante disso, o presente projeto busca entender a problemática: Como as metodologias de ensino e aprendizagem voltadas para o desenvolvimento cognitivo e inclusão dos alunos surdos contribuem para seu desenvolvimento atualmente?

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar comparativamente as políticas educacionais voltadas para a educação de surdos no contexto da educação especial na perspectiva inclusiva e bilíngue e seus impactos no desenvolvimento cognitivo e na inclusão social desses alunos. Para além disso, buscando atingir o objetivo geral perseguiu-se os objetivos específicos de Examinar as diferentes políticas educacionais implementadas para a educação de surdos no Brasil; Avaliar o impacto das políticas educacionais na inclusão social e no desenvolvimento cognitivo dos alunos surdos na infância, considerando as metodologias de ensino e aprendizagem utilizadas; Comparar as abordagens adotadas por diferentes

políticas educacionais quanto ao papel do corpo docente e sua formação para o ensino de alunos surdos.

Muitos relatos históricos que abordam experiências educacionais e analisam o desenvolvimento cognitivo, evidenciam como a utilização de metodologias de ensino e aprendizagem inadequadas refletem grande e negativamente na evolução dos alunos surdos. Tendo isso em vista, despertou a questão problema qual motivou esta pesquisa, pois este, é um tema de suma importância, que precisa ser discutido e esclarecido para que a educação brasileira seja de fato inclusiva a todos, com metodologias e políticas adequadas, tendo em vista que: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (BRASIL, 1988, p. 35).

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A discussão acerca da inclusão social tem se tornado cada vez mais central, sobretudo nos debates sobre educação, especialmente no contexto da educação especial. Nesse sentido, tendo como foco a criança surda, é importante compreender como tem se dado essa educação, quais metodologias vêm sendo utilizadas e como as políticas contribuíram e contribuem para seu desenvolvimento, destacando assim a necessidade de adaptações curriculares e pedagógicas.

Neste referencial teórico, serão discutidos os principais conceitos de educação inclusiva e educação bilíngue, com base nas contribuições de autores que abordam a temática, trazendo a importância de práticas pedagógicas adaptadas e acessíveis. Autores como Carvalho (2005), Goldfield (1997), Saviani (2003) e Skliar (2004) são referências centrais para a compreensão dessas concepções, essa revisão dessas teorias será fundamental para embasar a análise das políticas e práticas educacionais.

2.1 A PESSOA SURDA

A surdez é uma condição que afeta diretamente a comunicação entre as pessoas, consequentemente o processo de interação e inclusão com o meio, tendo em vista que a língua utilizada por eles para se expressar não é de conhecimento de todos. A deficiência auditiva trata-se de um campo vasto e multifacetado, que carrega consigo um passado doloroso e de

muita luta, abrangendo aspectos identitários, sociais e culturais que definem e moldam a experiência de vida desses indivíduos.

Essa identidade é uma construção social e cultural, e é baseada nas trocas e experiências vividas e compartilhadas, e está relacionada com um senso de pertencimento à comunidade surda e com suas lutas. Essas vivências educacionais e sociais são variadas, o que reafirma a escolha da abordagem qualitativa da pesquisa, tendo em vista que as experiências dentro da própria comunidade surda, não é homogênea, valorizando assim todas elas. Ainda, é importante a valorização da Língua de Sinais como uma forma legítima de expressão é central para essa identidade, reforçando a cultura e a auto afirmação dos surdos. Nessa perspectiva:

Primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja de natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder (SILVA, 2000, p.96-97).

Diante exposto, é importante compreender essa relação da identidade com o pertencimento à comunidade, tendo em vista que esta não é composta apenas por pessoas surdas ou com perda auditiva, mas também por família, intérpretes, professores, amigos e outros que participam e compartilham os mesmos interesses. Essa comunidade possui uma cultura rica, com identidade própria, valores e práticas sociais. E por muitos e muitos anos essas pessoas lutaram por direitos, acessibilidade, reconhecimento, inclusão e pela valorização da língua de sinais. Muitas vezes, os direitos da comunidade surda são violados, A luta por direitos humanos e igualdade é central.

Seu contexto histórico é marcado com muita perseverança, onde sua comunidade atuou diretamente em sua luta, em busca da conquista e efetivação dos seus direitos e inclusão social, mesmo diante muitos processos de exclusão, regressões, progressos e conquistas. É perceptível a evolução social que os mesmos tiveram, se considerarmos que por muito tempo os mesmos foram vistos como incapazes de raciocinar, considerados incompetentes e excluídos da sociedade, tendo seus direitos básicos desprezados, como por exemplo, a educação.

A temática da pessoa surda em um âmbito geral nem sempre foi um assunto de discussão e avanço, na educação, ainda que seja possível perceber diversas melhorias nas

políticas educacionais, é notório ainda a grande necessidade de mudanças a serem realizadas, reestruturação, implementação e efetivação de diretrizes, leis, regulamentos e programas que proporcionem uma melhor qualidade de vida e uma efetiva inclusão dessas pessoas, onde de fato interajam com o meio em que vivem.

Neste sentido, é importante compreender as necessidades individuais desses sujeitos, agindo assim com respeito e equidade, bem como aborda Carvalho (2005), é sobre equiparar oportunidades, garantindo que todos, pessoas com deficiência ou não, com superdotação/habilidades, sem nenhuma distinção, tenham o direito de aprender a aprender, aprender a ser, fazer e conviver. Para que assim, sejam efetivamente incluídos na sociedade em que vivem e se sintam pertencentes àquela coletividade, havendo respeito mútuo e interação, não apenas no sentido de frequentar os mesmos espaços, mas interagir e ter uma boa convivência social.

Diante essa necessidade de melhorias educacionais que proporcionem um maior bem estar para essas pessoas, aflorando o sentimento de pertencimento, é importante destacar, bem como discorrido por Carvalho (2004), a relevância da relação entre equidade e a igualdade de direito, respeitando as especificidades de cada indivíduo, para assim permitir um melhor resultado, tanto no que se refere aos processos nas escolas, tendo em vista que é um dos primeiros espaços de socialização que a criança é inserida, quanto na sociedade como um todo, apesar de ainda ser um desafio para as instituições de ensino devido às barreiras, políticas educacionais e resistências existentes diante o avanço da educação especial na perspectiva inclusiva.

Como forma de alcançar essa equiparação e igualdade de direitos é de suma importância a relação da educação com as políticas educacionais, através de leis (como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI)) e estratégias que contribuam para um melhor desempenho acadêmico dos surdos. Essas medidas têm tido bons resultados, ainda que em processo e com necessidades de melhorias, já é possível perceber um avanço positivo da inclusão desses alunos nas escolas, uma maior conscientização social acerca dos direitos e da cultura surda, promovendo assim um ambiente mais respeitoso e inclusivo.

As políticas educacionais são diretrizes, leis, regulamentos e programas desenvolvidos pelo governo e instituições, que visam organizar e orientar o sistema de ensino daquele grupo social. Podendo ser classificadas como universais, compensatórias, de inclusão ou descentralização, essas políticas buscam garantir que todos os indivíduos tenham acesso à educação de qualidade, promovendo a igualdade de oportunidades, melhorando os resultados educacionais e preparando os indivíduos para participar de forma produtiva na sociedade,

essas políticas são influenciadas por fatores como objetivos sociais, econômicos, culturais e políticos.

Essas políticas moldam o acesso à educação, refletindo na qualidade da formação recebida e conseqüentemente no desempenho e nas oportunidades de vida e a mobilidade social, por esse motivo, a precisa formação e implementação dessas leis e diretrizes são de grande valia, pois através dela pode-se promover a inclusão, reduzir desigualdades e preparar uma população para os desafios futuros.

2.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DIANTE A ESCOLARIZAÇÃO DA PESSOA SURDA

Desde o início da sua trajetória, com a criação do INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), a comunidade surda enfrentou desafios para garantir o direito à educação em sua própria língua, a Libras. Essas adversidades estavam presentes em diversos espaços, como nos corredores das escolas, nos encontros culturais e nas assembleias legislativas, onde a comunidade se uniu para reivindicar o respeito à sua identidade linguística e cultural.

Fundado em 26 de Setembro de 1857, o INES é uma das instituições mais antigas e importantes na história da educação para pessoas surdas no Brasil, tendo em vista que, não representa apenas uma instituição de ensino, mas sim um espaço de luta para comunidade surda, que desenvolveu e continua a desenvolver materiais didáticos e recursos educacionais em Libras. Além disso, o INES foi uma das primeiras instituições a adotar e promover o uso da Libras como a língua natural da comunidade surda no Brasil, atribuindo bastante significado à luta da comunidade surda até a atualidade.

O processo de escolarização, também foi marcado por muitas lutas e desafios, inclusive, a tentativa de oralização do surdo, através do Oralismo (considerado também uma filosofia). Essa abordagem, de acordo com Goldfield (1997), busca integrar a criança surda na comunidade ouvinte, proporcionando condições de desenvolver a língua oral, entretanto, dessa forma, suas especificações eram desconsideradas e o uso das mãos para comunicação, através da Língua de Sinais, era proibido. Defende-se ainda que o uso da língua oral ou falada é a forma mais eficaz de ensinar ao surdo e que para a criança surda se comunicar é necessário que ela saiba oralizar, entretanto, essa metodologia impactou negativamente o desenvolvimento cognitivo e social destes indivíduos.

Essa abordagem oralista teve esse impacto negativo na evolução dos surdos por

diversos fatores, além de desrespeitar suas limitações, gerou diversos atrasos no desenvolvimento, já que havia limitações de compreensão da leitura labial, exclusão da identidade da cultura surda e da língua de sinais, desigualdade educacional, tendo em vista que essa abordagem pode não atender às necessidades educacionais de todos, resultando em dificuldades acadêmicas e sociais e conseqüentemente desestímulo e evasão escolar, além disso, passa a ideia de que a surdez é uma deficiência a ser "corrigida" ou "superada" através da fala, desconsiderando-a como uma identidade cultural e linguística válida por si só.

No Congresso de Milão de 1880, o método oralista foi amplamente promovido, e o uso da língua de sinais foi desestimulado em muitos países. Com isso, muitas escolas adotaram o oralismo como a principal abordagem, excluindo o uso da Língua de Sinais, que foi visto como um atraso no processo de socialização dos surdos, já que se comunicavam apenas com sua comunidade. Porém, o uso dos sinais para exercer uma comunicação ainda continuou sendo utilizada em algumas comunidades, principalmente entre os próprios surdos, foi então que o ensino bilíngue começou a ganhar força.

Em 1960 houve uma revalorização do uso da Língua de sinais, sendo reconhecida como parte fundamental da identidade e cultura surda, tendo em vista que essa era a melhor forma encontrada por eles para se expressar, houve o reconhecimento dessa língua como idioma completo, e que possui sua gramática própria. Diante disso, William Stokoe, considerado pai das Línguas de Sinais, destaca:

Eu percebi que, quando essas pessoas surdas estavam juntas e comunicando-se umas com as outras, o que elas estavam comunicando era em uma língua, mas não a língua de outros; já que não era Inglês, aquilo só podia ser a sua própria língua. Não havia nada "quebrado" ou "inadequado" nela; eles se saíam esplendidamente bem com ela (STOKOE apud MAHER, 1996, p. 55 - grifos do autor)

O uso da Língua de Sinais é crucial para a inclusão de pessoas surdas na sociedade, pois é através dela que o indivíduo consegue expressar-se, permitindo assim, a comunicação e acesso a direitos, que por muitas vezes na história foram negados. Para exercer essa comunicabilidade, é utilizado aspectos como a utilização do espaço, movimentos das mãos, e expressões faciais para transmitir significado.

A Lei Nº 4.024, de 1961, conhecida como a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi um grande marco para a história da educação brasileira, pois foi a primeira lei a sistematizar e unificar as normas educacionais no Brasil. Essa lei contribuiu para o progresso da educação de diversas maneiras, pois assegurou a gratuidade do

ensino primário (fundamental), concedeu uma maior autonomia aos estados e municípios em relação aos seus sistemas de ensino, além de reconhecer oficialmente a necessidade de uma educação especial voltada às pessoas com deficiências, incluindo as pessoas surdas.

Em 1988, a nova Constituição Brasileira definiu o direito à educação para todos, incluindo assim as pessoas com deficiência. Esse marco resultou de movimentações e pressões de diversos movimentos sociais, incluindo a comunidade surda, que reivindicava acesso igualitário à educação. Em 1996 a nova LDB (Lei nº 9.394/96) reafirmou o direito à educação para pessoas com deficiência, promovendo a inclusão em escolas regulares. Essa lei contribuiu para o modelo de educação inclusiva, mas ainda com desafios na implementação de um ensino bilíngue.

A nova LDB (Lei nº 9.394/96), em 1996, trouxe avanços significativos para educação dos surdos, fortalecendo seus direitos a uma educação inclusiva e de qualidade, promovendo práticas que respeitem sua identidade linguística e cultural. Esta reafirmou o direito à educação para pessoas com deficiência, reafirmando assim a inclusão da pessoa surda em escolas regulares, estabelecendo que a Libras deve ser ensinada em escolas como língua de instrução, reconhecendo a importância de uma adaptação curricular e formação e especialização de professores.

Apenas em 2002, com a lei nº 10.436 a Libras foi devidamente reconhecida como língua e como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas no Brasil. E em 2008, ocorreu a criação do PNEEPEI, que traz uma concisa explicação acerca da educação:

Para a inclusão dos alunos surdos, nas escolas comuns, a educação bilíngue - Língua Portuguesa/LIBRAS, desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. O atendimento educacional especializado é ofertado, tanto na modalidade oral e escrita, quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, na medida do possível, o aluno surdo deve estar com outros pares surdos em turmas comuns na escola regular (Brasil, 2008, p. 17).

Diante disso, a PNEEPEI foi um marco de grande importância para o desenvolvimento da educação surda, pois esta baseia-se em princípios de acessibilidade, inclusão total, sem nenhum tipo de segregação, e ainda, respeita a diversidade, reconhecendo a surdez como uma diferença linguística e cultural.

A partir de então, ocorreu uma mudança nas abordagens educacionais, sendo adotados

os modelos de Escolas Bilíngues, onde sua metodologia integra o ensino da língua de sinais (sendo essa a primeira língua) e da língua falada (língua secundária), dessa forma, respeitando a identidade linguística e cultural dos surdos, reconhecendo a importância da Língua de Sinais para a comunicação e o desenvolvimento cognitivo dessas pessoas, e buscando assim, proporcionar uma maior inclusão no meio social a qual se está inserido.

2.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS

A educação inclusiva parte do pressuposto de que todas as crianças, independentemente de suas características físicas, sensoriais ou intelectuais, têm o direito de frequentar uma escola regular em um ambiente que promova a diversidade, buscando integrá-las. Em relação aos alunos surdos, nesse sentido, essa inclusão significa que eles devem ter acesso ao currículo, atividades e interações sociais de forma plena e equitativa, através de estratégias pedagógicas e de comunicação que atendam às suas necessidades específicas.

Leis como a nova LDB em 1996, contribuíram para essa abordagem onde os alunos surdos são inseridos em salas de aula regulares, com alunos e professores ouvintes, e contam também com suporte especializado, como a presença de intérpretes e recursos educacionais especializados. Em relação à essa modalidade de ensino:

A educação inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção de barreiras para a aprendizagem. Para tornar-se inclusiva, a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e nela interferem. Precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto político! Pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. A proposta de educação inclusiva implica, portanto, um processo de reestruturação de todos os aspectos constitutivos da escola, envolvendo a gestão de cada unidade e dos próprios sistemas educacionais (GLAT, 2007, p. 16-17).

Entretanto, para que a educação de fato inclua, esse modelo educacional depende de recursos como intérpretes de Libras, materiais adaptados e tecnologias assistivas para atender efetivamente às necessidades dos alunos surdos. A educação inclusiva já é considerada um avanço se comparado ao processo de ensino (ou até mesmo a falta de acesso) que ocorria na antiguidade, porém, apesar dos muitos benefícios e avanços, enfrenta vários desafios e pontos

negativos que podem impactar a eficácia deste modelo, para que seja de fato eficiente, é preciso compreender que falar de inclusão, é falar de Direitos Humanos.

Muitos outros desafios estão presentes nessa abordagem de ensino, como a comunicação dos alunos dentro da sala de aula, tanto na interação com os demais colegas, já que a Língua de Sinais não é amplamente utilizada, quanto com os professores. A falta de uma adaptação curricular, com avaliações e metodologias inadequadas, gerando uma avaliação equivocada em relação ao seu desempenho. Além disso, essas crianças surdas podem se sentir pressionadas às expectativas dos alunos ouvintes, o que pode gerar desconforto, desmotivação e baixa autoestima. Em relação à adaptação curricular:

Com efeito, se as formulações teóricas relativas à organização do conteúdo curricular e de sua viabilização didática forem vistas como elementos a serem lógicos e coerentemente estruturados em currículos e programas que se pretendem sejam seguidos à risca, fatalmente estarão se condenando a integrar a lista das propostas a dever ser que nunca se tornarão realidade. Mas, se, ao contrário, forem vistas como elementos a serem apropriados pelos agentes das decisões (os professores, os especialistas, os próprios alunos) – os atores em conflito – inevitavelmente contribuirão para sua maior fundamentação, diminuindo a desigualdade de condições nas quais se realiza a negociação (SAVIANI, 2003, p. 173-174).

Em vista dessa necessidade de adaptação curricular, é importante uma abordagem flexível e contextualizada na formulação de currículos, tendo em vista a heterogeneidade mesmo dentro de uma comunidade e que cada grupo possui suas especificidades, características essas devem ser levadas em consideração para que haja um ambiente mais colaborativo e adaptável.

Um outro modelo de educação, já mencionada anteriormente, é a educação bilíngue, incentivada pela legislação brasileira, especialmente pela Lei nº 10.436/2002, sendo essa uma modalidade de ensino independente, onde o surdo se encontra e se sente integralmente incluído, a primeira língua utilizada é a LIBRAS - Língua de sinais, e a língua majoritária do país, como língua secundária, no caso do Brasil, a Língua Portuguesa. Esse contato com a língua do país é importante também para a inclusão do surdo no espaço, para que ao frequentar ambientes públicos, compreenda e se integre ao meio.

De acordo com Skliar (2004) o objetivo desse modelo de escola bilíngue é que a criança consiga desenvolver suas habilidades e competências dentro da sua própria cultura surda, utilizando da Língua de sinais e aproximando-se ao mesmo tempo da cultura ouvinte, desenvolvendo assim, uma identidade bicultural. Destacando também o equilíbrio nesse modelo de escola, das habilidades linguísticas sem deixar de lado o reconhecimento da cultura

surda. Tendo isso em vista, Guarinello (2007, p. 45-46):

A proposta bilíngue surgiu baseada nas reivindicações dos próprios surdos pelo direito à sua língua e pelas pesquisas linguísticas sobre a língua de sinais. Ela é considerada uma abordagem educacional que se propõe a tornar acessível à criança surda duas línguas no contexto escolar. De fato, estudos tem apontado que essa proposta é a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como natural e se baseia no conhecimento dela para o ensino da língua majoritária, preferencialmente na modalidade escrita. (...) Na adoção do bilinguismo deve-se optar pela apresentação simultaneamente das duas línguas (língua de sinais e língua da comunidade majoritária).

Nesse modelo de escola, a Língua de sinais é utilizada desde o início do processo de ensino e aprendizagem como língua principal, desenvolvendo a aprendizagem a partir da comunicação visual, associando imagens e objetos aos seus respectivos sinais, facilitando a aprendizagem, comunicação e o desenvolvimento da criança, além de valorizar sua cultura.

Em 2005, com o decreto nº 5.626 que regulamenta a Lei nº 10.436, determina que Libras e a Língua Portuguesa escrita sejam as línguas de instrução para surdos nas escolas. Dessa maneira, fortalecendo a educação bilíngue e estabelece a formação de professores em Libras. Já um marco ainda mais recente que contribuiu fortemente para o avanço e crescimento da escola bilíngue foi a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015.

Também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, a lei 13.146/2015 foi criada em 2015, mas entrou em vigor apenas em Janeiro de 2016. Foi um marco importantíssimo para o Brasil, tendo em vista que estabelece os direitos das pessoas com deficiência em diversas áreas, como educação, saúde, trabalho, transporte e acessibilidade. Visa ainda garantir a inclusão social, autonomia e a plena participação dessas pessoas na sociedade, em igualdade de condições com os demais cidadãos.

Essa lei reforça o direito à educação especial na perspectiva inclusiva, em um ambiente adequado e acessível a todos, com todo apoio necessário prestado. Além disso, estabelece também o atendimento educacional especializado (AEE) complementar ao ensino regular, a LBI reforça o direito ao uso da Libras como meio de comunicação oficial, promovendo um ambiente que valorize sua identidade linguística e cultural. Entre diversas outras melhorias que a lei trouxe à educação dos surdos, como formação adequada para profissionais de educação pelos sistemas de ensino e oferecimento de materiais didáticos e recursos tecnológicos adequados, o que pode acabar sendo um desafio.

Mesmo diante essas políticas educacionais abordadas, que ao longo de várias décadas

trouxeram de alguma forma contribuições para inclusão escolar e social das pessoas com deficiência, em 2020, foi publicado o decreto nº 10.502, que trata da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, seu intuito era contribuir para regulamentar a educação para pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais. Entretanto, o decreto acaba sendo um tanto quanto contraditório, tendo em vista que permite e promove a criação de instituições e classes especializadas separadas para estudantes com deficiência, ocorrendo uma segregação.

Em 2021, foi sancionada a Lei 14.191 que foi mais um marco na história da educação surda, pois esta lei reconhece a educação bilíngue de surdos como uma modalidade específica de educação básica e superior para surdos e deficientes auditivos. Ainda, esta determina que a educação para surdos deve ser oferecida preferencialmente em escolas bilíngues ou em classes bilíngues dentro das escolas regulares, buscando assim, garantir um ambiente de aprendizado adequado. Dessa forma, assegurando que o ensino seja adaptado às necessidades linguísticas e culturais dos alunos surdos, fortalecendo sua identidade cultural e linguística.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, focando na qualificação dos dados, em vez de quantificá-los. Esse método permite explorar profundamente os significados e as experiências relacionadas à educação de surdos, os quais não podem ser medidos de maneira objetiva, e ainda, proporciona uma visão mais rica e detalhada, focando nos processos de interação, crenças, valores e percepções dos indivíduos. O intuito é compreender o processo político educacional e histórico-cultural vivenciado pelos surdos, analisando os dados obtidos sobre o ensino e aprendizagem e os desafios enfrentados ao longo de sua trajetória marcada por muita luta.

A partir dessa análise, busca-se entender como ocorre o processo de inclusão social e quais metodologias são empregadas para promover uma formação identitária de qualidade, além do desenvolvimento sociocognitivo desses indivíduos. Nessa perspectiva, Minayo (2001, p. 21-22) afirma:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Diante disso, o presente estudo trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica, através de um levantamento bibliográfico dos últimos 10 anos, selecionando 4 artigos de autores que debatem e apresentam a educação inclusiva e 4 relacionados à educação bilíngue, retirados da base de dados ANPED, visando, por meio de pesquisadores que estudam o caso, atingir a compreensão pela qual se objetiva este projeto.

A escolha dessa base de dados também de acordo com o levantamento do estado do conhecimento, garantindo consistência e coerência entre a revisão da literatura e a seleção dos artigos analisados. Além disso, como mencionado anteriormente, a ANPED é uma referência sólida e acessível na área educacional, o que favoreceu a escolha dessa fonte como principal base para a revisão bibliográfica. O quantitativo de artigos para análise se deu devido ao cronograma apertado para a conclusão deste trabalho. No entanto, os artigos escolhidos abordam as principais discussões acadêmicas sobre os dois modelos de escolarização de surdos, o que assegura a relevância das análises para os objetivos desta pesquisa.

Assim, apesar do número reduzido de artigos, a seleção foi feita de forma criteriosa, buscando contemplar diferentes perspectivas sobre as políticas educacionais aplicadas ao ensino de surdos. Dessa forma, os artigos analisados fornecem uma visão abrangente e crítica dos desafios e avanços nas escolas bilíngues e inclusivas, contribuindo para a compreensão da eficácia dessas abordagens no desenvolvimento sociocognitivo dos alunos surdos. Ainda assim, o levantamento de produções sobre o tema revelou uma carência de discussões mais aprofundadas, com poucos trabalhos disponíveis, o que reforça a importância de pesquisas futuras sobre o assunto.

Para debater a temática abordada, o artigo segue as seguintes categorias teóricas: A pessoa surda; Políticas educacionais diante a escolarização da pessoa surda; Escola bilíngue e escola inclusiva. Onde a primeira busca realiza uma contextualização Sócio-Histórico e cultural, e de forma sucinta revisitar a história de luta das pessoas surdas, compreendendo seu passado repleto de desafios. Para maior compreensão, a realização de uma breve conceitualização, trazendo uma aproximação e contextualização acerca da temática discutida no desenvolvimento do trabalho.

Enquanto a segunda categoria resgata as principais leis voltadas à educação dos surdos, destacando suas principais contribuições e impactos no processo de escolarização da pessoa surda. Além disso, busca compreender como essas políticas educacionais ao longo do tempo tem influenciado nas abordagens educativas, e ainda, a importância da criação e efetivação dessas leis e diretrizes para uma educação de qualidade, acessível e equitativa.

Por fim, a terceira categoria teórica discorre a conceitualização e objetivos da educação inclusiva e bilíngue, discutindo suas metodologias e mencionando as leis que contribuíram ou até mesmo dificultaram o processo de inclusão e escolarização da pessoa surda.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Ao longo dos últimos anos, a temática da inclusão educacional de alunos surdos tem ganhado destaque, novas abordagens e até mesmo modificações nas que já são utilizadas têm ocorrido, para que assim, busque incluir e integrar o aluno surdo em sala de aula e na sociedade como todo, valorizando o desenvolvimento plural do indivíduo. Tendo isso em vista, este trabalho busca realizar uma análise comparativa das políticas educacionais voltadas para a inclusão de surdos em escolas inclusivas e bilíngues, investigando como essas abordagens impactam o processo de ensino e aprendizagem e a formação da identidade desses estudantes.

Como forma de alcançar os objetivos deste trabalho, foi realizada uma coleta e análise de dados qualitativos, para assim compreender as diferenças e semelhanças existentes nas práticas pedagógicas, nos relatos e resultados educacionais, contribuindo assim para uma reflexão crítica sobre a efetividade das políticas, e compreender como as políticas educacionais anteriores influenciaram para os modelos educacionais atuais, e ainda, suas implicações para a promoção de uma educação efetivamente inclusiva.

4.1 TRANSFORMAÇÕES NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

Após muitas e constantes lutas da comunidade surda, grandes foram as evoluções nas políticas educacionais ao decorrer da história do processo de escolarização do surdo. Uma mudança que carrega em si um grande significado é o fato que, historicamente, as políticas educacionais para surdos no Brasil passaram de uma visão centrada na deficiência, que tratava a surdez como uma limitação, para uma abordagem que reconhece a surdez como uma diferença cultural, conforme Klein e Formozo (2008). Essa transformação reflete em uma compreensão mais ampla da identidade surda e da importância da língua de sinais.

Nesse sentido, uma outra modificação marcante, é o surgimento da educação inclusiva, esta pode ser considerada um importante avanço nas políticas educacionais e no

processo de escolarização da pessoa surda, pois ela representa o resultado de muitas lutas da sua comunidade, e ainda, a conquista de espaço e reconhecimento da sua identidade. Entretanto, apesar de ser um avanço para o processo de inclusão e socialização, visto que anteriormente os surdos eram tidos como inválidos e distanciados da sociedade, apenas a inserção em um ambiente com ouvintes, contando com a presença de um intérprete para traduzir o que está sendo dito, não é suficiente para um desenvolvimento unilateral da criança.

Bem como Pedreira (2016) discute, a presença de um intérprete em sala de aula não garante a aquisição da Língua de Sinais, o acesso ao conhecimento, nem o desenvolvimento da Língua Portuguesa como segunda língua. Além disso, a introdução do intérprete não foi acompanhada de mudanças significativas nas dinâmicas e práticas escolares em relação ao uso das duas línguas. Pois, além de inseri-los nesse espaço, é necessário fornecer suporte adequado, reconhecendo sua cultura, uma vez que, caso isso não ocorra, pode resultar em uma marginalização e perda da identidade surda, de acordo com Klein e Formozo (2008).

Tendo isso em vista, para de fato valorizar a cultura e a identidade da pessoa surda, é necessário que a Libras seja utilizada não apenas como meio de tradução, mas como língua de instrução e que o ensino da língua majoritária seja tratado como uma segunda língua, bem como ocorre na educação bilíngue, onde a Libras é ensinada como primeira língua, conforme preconizam as políticas educacionais.

Nesse sentido dessa abordagem, é importante destacar a interação com o meio, como importantíssima conquista na evolução do processo de escolarização, pois esta é de grande valor para o desenvolvimento. Nesse sentido Klein e Formozo (2008) reitera a importância de um espaço que respeite os aspectos culturais próprios da comunidade surda, que são diferentes daqueles dos ouvintes das escolas regulares. Visto que é através dessa interação com o outro que se pode desenvolver diversas habilidades, essa troca de conhecimentos contribui fortemente para o processo de desenvolvimento psicossocial, pois “Através dos outros, nos tornamos nós mesmos.” (VYGOTSKY, 1989).

Essa ilusória inclusão reflete de diferentes formas no processo de desenvolvimento sociocognitivo da criança surda, dado que dessa forma, a tendência é que o sentimento de exclusão aumente enquanto a criança se sinta menos pertencente àquele espaço, não se identificando e tampouco se reconhecendo naquele ambiente e naquela cultura, surgindo assim a desmotivação e crescendo a evasão escolar.

Nesse sentido, uma inclusão verdadeira vai além da simples integração física dos alunos surdos em uma sala de aula regular. É necessário um ambiente em que sua língua, bem como sua cultura sejam respeitadas. Assim como ocorre na educação bilíngue, que surgiu em

onde os surdos participam ativamente do processo educacional, sem depender exclusivamente de intérpretes para mediar sua experiência de aprendizagem, sendo esse um importante avanço para a educação dos surdos.

4.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SEUS REFLEXOS NA INFÂNCIA SURDA: INCLUSÃO SOCIAL E LINGUÍSTICA

A educação especial na perspectiva inclusiva, sem considerar a especificidade linguística dos alunos surdos, tende a falhar na efetiva promoção do aprendizado e no respeito à diversidade cultural. Alguns desafios, como os abordados anteriormente, precisam ser superados para garantir a eficácia desse modelo de ensino, para que esses alunos consigam de fato se comunicar e se expressar com os demais, não havendo nenhum tipo de exclusão e proporcione uma educação especial na perspectiva inclusiva realmente eficaz e equitativa para todos os alunos

Em relação às políticas voltadas à educação da pessoa surda, elas influenciam diretamente a forma como são incluídas no sistema educacional, de modo geral, é perceptível um avanço, se levar em consideração que passaram a reconhecer a importância da inclusão linguística, além da inclusão social. Porém, muitas vezes as necessidades pedagógicas e culturais dos alunos surdos são desconsideradas, o que impacta fortemente e negativamente em seu desenvolvimento.

Essas políticas ao focar principalmente na inclusão física da criança surda no ambiente escolar e valorizar o intérprete enquanto tradutor, como única forma de inclusão, acabam por afetar a formação da identidade e a autonomia das crianças surdas. Para Lacerda e Poletti (2004), a presença constante de um intérprete traduzindo o que está sendo oralizado pelo professor ouvinte pode tornar o aluno dependente do intérprete para desenvolver uma comunicação e compreensão de ideias, dessa forma, limitando sua interação com outros alunos e professores.

Embora fisicamente inseridos nas escolas regulares, muitos alunos surdos ainda se sentem isolados devido à falta de adaptação das práticas pedagógicas e do currículo para suas necessidades específicas. A falta de intérpretes qualificados e, para além, o uso inadequado de metodologias e podem contribuir para a segregação. Diante disso, é importante reiterar a necessidade de uma educação que respeite e valorize a cultura e identidade surda.

Nesse sentido, compreende-se a educação inclusiva como um modelo que busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas características ou necessidades,

tenham acesso à educação de qualidade em ambientes regulares. Assim, esse modelo se concentra apenas na presença física do aluno surdo em sala, mas não garante um aprendizado adequado, já que o intérprete atua apenas como mediador de tradução.

Em relação à educação bilíngue, este é um modelo educacional que, diferentemente da inclusiva, valoriza e promove o uso das duas línguas (a língua de sinais e, no caso do Brasil, a Língua Portuguesa). Nesta segunda, o ensino é focado no desenvolvimento da leitura e da escrita, respeitando o ritmo e as especificidades das crianças surdas. Reconhecendo dessa forma, este modelo não apenas valoriza a Libras como uma ferramenta de tradução, mas a utiliza como língua de instrução, promovendo assim, o desenvolvimento pleno do aluno surdo. Para além, a Libras é compreendida como essencial para o desenvolvimento cognitivo e social da pessoa surda.

4.3 FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: COMPARAÇÃO ENTRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO DE CRIANÇAS SURDAS

Ainda que todas essas inúmeras condições, quais a educação especial na perspectiva inclusiva depende, sejam alcançadas e realizadas para seu pleno funcionamento, inserir uma criança surda em uma sala de aula, que conte com um intérprete, representando um tradutor e considerando a libras apenas como ferramenta de tradução, não é o suficiente para um desenvolvimento pleno e unilateral, pois este modelo acaba por desvalorizar a cultura surda, visto que não necessariamente valoriza Libras como língua principal, mas sim como um instrumento para incluir o aluno surdo na sala.

Por outro lado, a educação bilíngue tem ganhado mais espaço e sido mais amplamente discutida, além de promovida por várias legislações, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e o reconhecimento da Libras pela Lei nº 10.436/2002, que reafirmam o direito dos surdos a uma educação que valorize sua língua natural, reconhecendo assim a diversidade linguística dos surdos. Ainda, o decreto 5.626/2005:

As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem

como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (Brasil, 2005, p. 8).

Este decreto especifica as formas em que as instituições federais devem organizar os alunos surdos ou deficientes auditivos em sala de aula, de modo a integrá-los efetivamente nas instituições de ensino, respeitando suas especificidades e proporcionando acessibilidade e inclusão. Nesse sentido, reforça a necessidade de uma educação bilíngue, sendo essa uma responsabilidade das instituições federais, garantir que os surdos tenham acesso ao conhecimento de forma igualitária, sem que sua identidade linguística seja negligenciada. Avanços nesse sentido podem ser percebidos, entretanto, a realidade de muitas escolas públicas no Brasil ainda está distante das exigências dessas legislações.

Essas políticas evidenciam a relevância de uma educação bilíngue, considerando que esta vai além de simplesmente incluir o aluno surdo em um espaço com ouvintes, como ocorre na educação inclusiva, pelo contrário, sendo um meio de promover uma inclusão social efetiva, e para além, a preservação e valorização da identidade cultural da comunidade surda. A educação bilíngue oferece uma base sólida para o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos surdos, assegurando que a Libras não seja apenas uma ferramenta de tradução/comunicação, mas um elemento central na construção de sua identidade.

Entretanto, para que a educação de surdos esteja plenamente em conformidade com as diretrizes estabelecidas, é necessário que as escolas implementem uma educação que, além de integrar o aluno, utilize a Libras como língua de instrução, e não apenas como ferramenta de tradução. O ensino bilíngue, por valorizar e compreender o surdo em sua identidade e cultura, é uma metodologia que tem se expandido cada vez mais. Por isso, é fundamental que as escolas adotem essa abordagem, visto que ela contribui significativamente para a formação identitária dos surdos.

Nos últimos anos, a educação de surdos no Brasil tem passado por transformações significativas, especialmente no que diz respeito à implementação de práticas que valorizam a identidade e a cultura surda. A expansão do ensino bilíngue é um reflexo desse movimento, que busca não apenas integrar os alunos surdos, mas também garantir que a Libras seja utilizada como língua de instrução, respeitando a especificidade linguística e cultural desses alunos. Em relação a esses avanços, Müller e Karnopp (2015, p. 12):

De modo geral, é possível afirmar que, nos últimos anos, a educação de surdos no Brasil é marcada por importantes mudanças. Na Educação Básica, especialmente no cotidiano escolar, as conversas com os gestores das escolas também apontam para alguns importantes avanços: a contratação e o crescimento no número de professores

surdos; a introdução da escrita da língua de sinais no currículo do Ensino Fundamental; algumas melhorias nos espaços físicos (ginásio) e pedagógicos (sala de informática e de multimídia); o crescimento da escola pública, tendo maior visibilidade e reconhecimento como instituição responsável na educação de surdos; e o importante espaço conquistado para a formação continuada dos educadores, sobretudo em reuniões e cursos realizados na escola ou em parceria com as mantenedoras.

As autoras destacam algumas dessas mudanças positivas na educação básica, como a contratação de professores surdos, a inclusão da escrita da língua de sinais no currículo, e melhorias nos espaços pedagógicos, esses avanços demonstram um movimento progressivo no sentido de garantir uma educação mais inclusiva e adaptada às necessidades da comunidade surda. No entanto, ainda existem desafios, como a falta de uniformidade na implementação dessas práticas em todo o país, que precisam ser superados para garantir que essas mudanças beneficiem a todos os alunos surdos de forma equitativa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, foi possível perceber que as políticas educacionais bilíngues, quando implementadas de forma efetiva, oferecem um ambiente mais inclusivo e propício ao pleno desenvolvimento da criança surda, valorizando sua identidade e cultura. Como destacado por Brito (1986), a língua de sinais permite aos surdos desenvolver plenamente seu potencial linguístico e cognitivo, por tanto deve ser reconhecida e valorizada como parte da identidade e cultura da pessoa surda.

Ao analisar todo o contexto sócio-histórico-cultural da pessoa surda, é inegável o quanto ocorreram transformações e melhorias ao longo dos anos, tanto em relação às políticas educacionais, como no reconhecimento do seu espaço e até mesmo da sua identidade. Trazendo consigo um passado de muita luta, onde a comunidade surda lutou por aspectos identitários, sociais e culturais, é possível perceber os resultados positivos alcançados. Entretanto, é possível perceber ainda a necessidade de melhorias, especialmente no que diz respeito à inclusão educacional e social, objeto de estudo desta pesquisa.

A legislação estabelece na Constituição Federal brasileira de 1988, a educação como um direito social e um dever do Estado e da família. Além dessa, várias outras leis e diretrizes regulamentam esse acesso à educação como um direito para todos, entretanto, infelizmente se não houver o uso de metodologias adequadas que realmente integre o aluno, ainda que presente fisicamente naquele ambiente, esta lei não estará sendo cumprida de fato, assim como ocorre na educação especial na perspectiva inclusiva, onde o aluno é inserido na sala de

aula com alunos e até mesmo professores ouvintes.

É indiscutível que este modelo educacional já é um progresso significativamente grande, tendo em vista que nesse sentido os alunos surdos interagem (na medida do possível) e frequentam os mesmos espaços e ambientes que os ouvintes - resultado de muitas lutas da comunidade surda. Porém, incluí-lo em uma sala de aula, apenas com um intérprete educacional como metodologia de inclusão, não é uma integralização verdadeiramente eficaz, visto que, a criança surda enfrenta grandes dificuldades de aprendizagem e interação com o outro, gerando até mesmo uma relação de dependência com o intérprete, de acordo com Lacerda e Poletti (2004).

Nesse sentido, diante a realização da pesquisa e análise das políticas, este estudo conclui que a educação bilíngue apresenta resultados mais eficazes em termos de inclusão social e desenvolvimento cognitivo das crianças surdas, em comparação com a educação inclusiva, que muitas vezes não proporciona uma inclusão e desenvolvimento adequados, sendo a educação bilíngue o caminho mais adequado para garantir o respeito à identidade e ao desenvolvimento pleno dos alunos surdos. Como defendido por Skliar (2004), a educação bilíngue não só valoriza a cultura surda, como também promove uma identidade bicultural, o que é essencial para o desenvolvimento unilateral dessas crianças.

Apesar de todo o avanço dessas legislações, e ainda, reconhecer a importância da educação bilíngue, enquanto modelo que mais valoriza sua cultura e identidade, há muitos desafios e dificuldades para implementação que precisam ser superados. Obstáculos como escassez de professores capacitados em Libras, falta de formação específica para atuar em contextos educacionais (como intérpretes, por exemplo), desigualdades regionais e estruturais, entre outros fatores que influenciam a não conformidade da educação bilíngue.

Diante disso, faz-se necessário que além de criar as políticas educacionais que buscam adequar a educação para que de fato seja inclusiva, é importante que o Estado propicie condições adequadas para que essas leis possam ser cumpridas com êxito. Para além, recomenda-se uma maior ênfase na formação de professores bilíngues e na oferta de cursos de Libras em todos os níveis educacionais, e ainda, a importância de investimentos em tecnologias que facilitem a aprendizagem dos alunos surdos.

Algumas limitações refletiram neste trabalho, como o cronograma apertado, o que limitou a quantidade de estudos realizados, embora os artigos selecionados tragam discussões bem centrais acerca da temática, uma análise mais ampla poderia trazer novas perspectivas ou aprofundar questões apenas mencionadas aqui. Ainda, uma limitação importante é a carência de estudos na área, que apesar da relevância da temática, necessita-se de trabalhos

que abordem de forma mais detalhada os desafios e as práticas envolvidas na implementação dessas políticas educacionais.

Nesse sentido, sugere-se que em pesquisas futuras, ao expandir os artigos analisados, o aprofundamento do estudo, considerando as disparidades regionais e as necessidades de infraestrutura. Para além, é importante investigar a formação de professores e como a capacitação docente influencia a qualidade do ensino e a inclusão dos alunos surdos, e ainda, a importância da família nesse processo de desenvolvimento da identidade do ser surdo. Por último, seria de grande relevância também trabalhos focados nas experiências dos próprios alunos surdos, o que poderia ajudar a entender melhor seu desenvolvimento sociocognitivo e identitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 set. 2024.
- _____. **Decreto n. 5626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamentada a Lei n.10436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei n. 10098 de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 22 dezembro 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em 30 set. 2024.
- _____. **Ministério da Educação.** Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.
- BRITO, L.F. **Integração social do surdo.** In: Trabalhos em Linguística Aplicada, nº 7, p.13-22, 1986.
- CARVALHO, R.E. **Educação Inclusiva com os pingos nos is.** Porto Alegre: Mediação, 2004.
- _____. **Diversidade como paradigma de ação pedagógica na Educação.** In: Revista da Educação Especial. MEC/SEESP. Out. 2005.
- GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar.** 7 letras, 2007.
- GOLDFELD, M. **A criança surda.** São Paulo: Pexus, 1997.
- GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos.** São Paulo: Plexus, 2007.
- KLEIN, M.; FORMOZO, D. P. **Intersecções de tempos e espaços na educação de surdos: textos e depoimentos.** 31ª Reunião Anual da ANPED, 2008. Disponível em: <https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/gt15-4836-int.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.
- LACERDA, C. B. F. de e POLETTI, J.E. **A escola inclusiva para surdos: A situação singular do intérprete de Língua de Sinais.** In: Anais da 27 reunião anual da ANPED. Caxambu: ANPED, 2004
- MAHER, J. **Seeing language in signs: the work of William C. Stokoe.** Washington: Gallaudet University Press, 1996.
- MANTOAN, Teresa Egler. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo:

Moderna, 2006.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, v. 21, p. 9-29, 1994.

Maria. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p.09-29.

Müller, J. N., & Karnopp, L. B. **Educação Escolar Bilíngue de Surdos**. In: 37ª Reunião Nacional da ANPED. Florianópolis, 2015.

PEDREIRA, Silvia Maria Fanguero. **Educação inclusiva de surdos/as numa perspectiva intercultural**. 30ª Reunião Anual da Anped, 2007. Disponível em: <https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/gt15-3014-int.pdf> Acesso em: 10 set. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA,1991.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. Campinas, S.P.: Autores Associados, 2003. (Coleção Educação Contemporânea)

SILVA, Tomaz Tadeu et al. **A produção social da identidade e da diferença. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2000.

SKLIAR, C. (org.). **Educação & Exclusão-Abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial**. Porto Alegre. Mediação. 2004.

VYGOTSKY. L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Layane Dutra Malagueta Vieira

**ESCOLAS INCLUSIVAS E BILÍNGUES: ANÁLISE COMPARATIVA DAS
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do
Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco –
UFPE, como requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciado(a) em Pedagogia.

Aprovado(a) em: 17/10/2024

Membros da Banca Examinadora:

Prof. Dr Thiago Ramos de Albuquerque
NFD/CAA - UFPE
(Orientador)

Prof. Dra. Ana Maria Tavares Duarte
NFD/CAA - UFPE
(Co-orientadora)

Prof. Dra. Ana Maria de Barros
NFD/CAA - UFPE
(Examinadora Interna)

Prof. Me. Laerte Leonaldo Pereira
NFD/CAA-UFPE
(Examinador Interno)